

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

1 – IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE:

1.1 - Designação da entidade: Centro Social e Paroquial de Labruge

1.2 – Sede: Avenida Manuel Diogo, n.º 260, 4485-302 Labruge

1.3 - Natureza da actividade: O Centro Social e Paroquial de Labruge é uma pessoa jurídica canónica de natureza pública, com índole de instituto de Igreja Católica, ereta canonicamente por decreto do Bispo da Diocese do Porto, com Estatutos aprovados por esta autoridade Eclesiástica. pelos Serviços Eclesiásticos do Bispado do Porto e reconhecida como Pessoa Colectiva de Utilidade Pública. Sendo o fim desta instituição a concessão de bens, a prestação de serviços e de outras iniciativas de promoção do bem-estar e qualidade de vida das pessoas, famílias e comunidades, celebrou com a Segurança Social Acordos de Cooperação para 4 valências (Creche, ATL sem almoço, Centro de Dia e Serviço de Apoio Domiciliário). Também presta serviços à comunidade em geral, através de actividades extracurriculares e de prolongamento de horários escolares.

2 – REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1 – Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com o modelo contabilístico para as entidades sem fins lucrativos, aprovado pelo D. L. n.º 36/2011 de 09 de Março de 2011.

As demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade e do acréscimo, tendo como principal base de mensuração o custo histórico.

2.2 - Indicação e justificação das disposições da normalização contabilística para as entidades do sector não lucrativo (ESNL), que, em casos excepcionais, tenham sido derogadas e dos respectivos efeitos nas demonstrações financeiras, tendo em vista a necessidade de estas darem uma imagem verdadeira e apropriada do activo, do passivo e dos resultados da entidade.

No presente exercício não foram derogadas quaisquer disposições do normativo contabilístico para as ESNL.

2.3 – Indicação e comentário das contas do balanço e da demonstração dos resultados cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do exercício anterior.

Os valores constantes das demonstrações financeiras do período findo em 31 de dezembro de 2016 são comparáveis em todos os aspetos significativos com os valores de período de 2015.

3 – PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS:

3.1 - Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras:

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas a partir dos livros e registos contabilísticos, de acordo com a normalização contabilística para as entidades do sector não lucrativo (ESNL).

4 - POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS, ALTERAÇÕES NAS ESTIMATIVAS CONTABILÍSTICAS E ERROS:

Não foram detectados quaisquer erros nem alteradas quaisquer políticas ou estimativas contabilísticas relativamente ao período anterior, pelo que as Demonstrações Financeiras respeitam integralmente a característica qualitativa da comparabilidade.

5 - ACTIVOS FIXOS TANGÍVEIS:

5.1 Os activos fixos tangíveis adquiridos encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das correspondentes depreciações.

As depreciações são calculadas, após a data em que os bens estejam disponíveis para serem utilizados, pelo método da linha recta, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens. As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimada:

Activo fixo tangível	Vida útil estimada
Edifícios e outras construções	50 anos
Equipamento Básico	6 anos
Equipamento de Transporte	5 anos
Equipamento administrativo	6 anos
Programas de computador	3 anos
Equipamento informático	5 anos
Outros activos tangíveis	entre 3 e 6 anos

As despesas de conservação e reparação que não aumentem a vida útil dos activos nem resultem em melhorias ou melhorias significativas nos elementos dos activos fixos tangíveis foram registadas como gastos do exercício.

5.2 A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período mostrando as adições, os abates, as amortizações, as perdas de imparidade e suas reversões e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

Activos Fixos Tangíveis (Euros)

Descrição	Saldo Inicial	Aumentos	Alienações	Transferências e abates	Saldo Final
EDIFICIOS	1.075.407,70	0,00	0,00	0,00	1.075.407,70
EQUIP. ALOJAMENTO UTENTES	113.971,88	907,13	0,00	0,00	114.879,01
VEICULOS LIGEIOS	160.703,28	0,00	0,00	0,00	160.703,28
MAQUINAS UTENSILIOS DE LIMPEZA	9.761,51	0,00	0,00	0,00	9.761,51
MOBILIARIO UTENSILIOS ADMINIST	49.573,35	0,00	0,00	0,00	49.573,35
Outros ativos tangíveis	28.466,08	0,00	0,00	0,00	28.466,08
Total	1.437.883,80	907,13	0,00	0,00	1.438.790,93

Amortizações

Descrição	Saldo Inicial	Reforço	Redução	Saldo Final
EDIFÍCIOS	122.372,70	11.354,68		133.727,38
EQUIP. ALOJAMENTO UTENTES	98.181,01	7.753,36		105.934,37
VEÍCULOS LIGEIOS	137.492,68	5.292,65		142.785,33
MAQUINAS UTENSÍLIOS DE LIMPEZA	7.564,17	404,92		7.969,09
MOBILIÁRIO UTENSÍLIOS ADMINISTRATIVOS	36.314,52	5.806,51		42.121,03
Outros ativos tangíveis	22.404,05	0		22.404,05
Total	424.329,13	30.612,12		454.941,25

6 - ACTIVOS FIXOS INTANGÍVEIS:

Os activos fixos intangíveis dizem respeito a programas de computador, valorizado ao custo histórico no valor de 3.162,50 € e totalmente amortizados.

7 – LOCAÇÕES:

Não aplicável

8 – CUSTOS DE EMPRÉSTIMOS OBTIDOS:

Os empréstimos são registados no passivo não corrente pelo seu custo.

9 – INVENTÁRIOS:

9.1 As mercadorias e as matérias-primas, subsidiárias e de consumo encontram-se valorizadas ao custo de aquisição.

O custo de aquisição inclui as despesas incorridas até ao armazenamento, utilizando-se o custo médio como fórmula de custeio e o Sistema de Inventário Intermitente.

Em 31 de Dezembro de 2016 e de 2015, os inventários da instituição detalham-se conforme se segue:

Rubricas	31-12-2016		31-12-2015	
	Quantia Bruta	Quantia líquida	Quantia Bruta	Quantia líquida
Matérias Primas, sub. e de consumo	1.884,82 €	1.884,82€	2.075,52 €	2.075,52€
Mercadorias	1.254,45€	1.25,45 €	2.067,14€	2.067,14 €
TOTAL	3.139,27€	3.139,27 €	4.142,66€	4.142,66 €

10 – RÉDITO:

O rédito é mensurado pelo valor da contraprestação recebida ou a receber. O rédito proveniente da venda de bens é reconhecido quando todas as seguintes condições são satisfeitas:

- 1- Todos os riscos e vantagens da propriedade dos bens foram transferidos para o comprador;
- 2- A entidade não mantém qualquer controlo sobre os bens vendidos;
- 3- O montante do rédito pode ser mensurado com fiabilidade;
- 4- É provável que benefícios económicos futuros associados à transacção fluam para a entidade;

- 5- Os gastos suportados ou a suportar com a transacção podem ser mensurados com fiabilidade.

O Rédito proveniente das prestações de serviços é reconhecido líquido de impostos, pelo valor do montante a receber.

O rédito proveniente da prestação de serviços é reconhecido com referência à fase de acabamento da transacção à data do relato, desde que todas as condições sejam satisfeitas:

- 1- É provável que benefícios económicos futuros associados à transacção fluam para a entidade;
- 2- Os gastos suportados ou a suportar com a transacção podem ser mensurados com fiabilidade;
- 3- A fase de acabamento á data do relato pode ser valorizada com fiabilidade.

Eis a quantia de cada categoria significativa de rédito reconhecido durante o período:

Rubricas	31-12-2016	31-12-2015
Vendas		
Batas e Bonés	439,70€	618,50€
Material Clinico	9.262,00€	9.522,41€
Prestação de Serviços		
Mensalidades Creche	62.782,64€	55.988,32€
Mensalidade ATL s/ almoço	28.454,48€	24.992,61€
Mensalidades extra-curriculares	22.985,07€	26.888,56€
Mensalidade do Centro de Dia	93.129,89€	82.153,29€
Mensalidade do Serviço de Apoio Domiciliário	50.907,49€	49.062,34€
Comparticipação utentes	26.366,55€	35.576,43€
Subsídios à Exploração		
Do Centro Regional da Seg Social - Creche	101.772,00€	104.869,68€
Do Centro Regional da Seg Social - ATL s/ almoço	15.290,88€	15.506,29 €
Do Centro Regional da Seg Social - Centro de Dia	39.034,80€	38.496,14 €
Do Centro Regional da Seg Social - S.A.D.	57.799,49€	57.736,40 €
Da Câmara Municipal de Vila do Conde	16.000,00€	15.000,00 €
Do IEFP	9.313,21€	3.458,57€
Doações	23.065,62€	20.200,16€
Outros rendimentos e ganhos		
Outros Rendimentos	14.180,87€	14.573,17€
Juros		
Depósitos bancários	603,55€	138,97 €
Total	571.388,24€	554.781,84€

O Rédito de juros é reconhecido utilizando o método do juro efectivo, desde que seja provável que benefícios económicos fluam para a entidade e o seu montante possa ser valorizado com fiabilidade.

11- PROVISÕES, PASSIVOS CONTINGENTES E ACTIVOS CONTINGENTES

Não aplicável

12 – SUBSÍDIOS DO GOVERNO:

A política contabilística adoptada para a contabilização dos Subsídios do Governo assenta no princípio do efectivo pagamento de 12 meses, por parte da Segurança Social e derivado dos Acordos de Cooperação estabelecidos para as 4 valências.

A mensuração dos restantes Subsídios, nomeadamente da Câmara Municipal de Vila do Conde assenta no princípio da especialização dos exercícios e é registado em função do ano de atribuição e não em relação ao seu efectivo recebimento.

Quanto ao Subsídio atribuído pelo IEFP, refere-se ao Programa de estágios Profissionais e o seu rédito é contabilizado à medida que os encargos com os beneficiários se verificam.

13 – EFEITOS DE ALTERAÇÃO EM TAXAS DE CÂMBIO:

Não aplicável

14 – IMPOSTOS SOBRE O RENDIMENTO:

Os impostos sobre o rendimento não foram reconhecidos na Demonstração dos Resultados referente ao exercício de 2016, por não existir imposto liquidado nem a pagar.

Não se verificaram ajustamentos reconhecidos no período de impostos sobre o rendimento de períodos anteriores.

15 – INSTRUMENTOS FINANCEIROS:

Políticas Contabilísticas:

Bases de mensuração utilizadas para os instrumentos financeiros e outras políticas contabilísticas utilizadas para a contabilização de instrumentos financeiros relevantes para a compreensão das demonstrações financeiras.

15.1 Fornecedores/Utentes/Outras contas a receber e a pagar/pessoal:

Em 31/12/2016, a rubrica de "Fornecedores/Utentes/Outras contas a receber e a pagar/pessoal" apresentava a seguinte decomposição:

Descrição	Activos financeiros mens. ao custo	Perdas por imparidade acumuladas	Total
Activos			
Utentes	9.553,61 €	3.382,84€	6.170,77 €
Adiantamento a Fornecedores	97,50 €	0	97,50€
Estado e Outros Entes Públicos	2.554,78€		2.554,78€
Outras contas a receber	26.733,67 €	0	26.733,67€
Total do Activo	38.939,56 €	3.382,84€	35.556,72€
Passivos			
Fornecedores	12.727,34 €	0	12.727,34€
Outras Contas a pagar	50.975,75 €	0	50.975,75€

Estado e Outros Entes Públicos	7.512,61 €		7.512,61€
Total do Passivo	71.215,70€	0	71.215,70€
Total Líquido	-32.276,14€	-3.382,84€	-35.658,98€

15.2 Caixa e Depósitos Bancários:

Em 31 de Dezembro de 2016 e de 2015, a Rubrica de Caixa e Depósitos Bancários apresentava a seguinte composição:

Descrição	31-12-2016	31-12-2015
Caixa e Depósitos Bancários		
Caixa	17.338,40€	15.316,71€
Depósitos à Ordem	6.596,75€	5.187,39€
Outros Depósitos bancários	67.692,14€	45.597,19€
TOTAL	91.657,29€	66.101,29€

16 – BENEFICIO DOS EMPREGADOS:

16.1 O n.º médio de funcionários durante o ano de 2016 ascendeu a 28 funcionários.

Os gastos com o pessoal foram os seguintes:

Gastos com o Pessoal	31-12-2016
Remunerações	263.744,38€
Encargos sobre remunerações	53.967,55€
Outros Gastos	10.244,51€
TOTAL	327.956,44€

17 – DIVULGAÇÕES EXIGIDAS POR OUTROS DIPLOMAS LEGAIS

Derivado de exigências legais refere-se que o C.S.P. de Labruge tem a sua situação tributária regularizada com a Autoridade tributária e com a Segurança Social.

18 – OUTRAS INFORMAÇÕES

Após a data do Balanço não houve conhecimento de eventos ocorridos que afectem o valor dos activos e dos passivos das demonstrações financeiras do período.

Vila do Conde, 13 de Março de 2017

x João Domingos Pereira

x Paulo Alberto Alves Gomes

x Joaquim Gomes dos Reis

Alvaro Silva Pereira